



Li 34
A. L.
L.

CONTAS

2012

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/12	31/dez/11
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2/5	1.379,29	3.112,08
		1.379,29	3.112,08
Ativo corrente			
Clientes	3.2/12.2	30.190,09	61.186,88
Adiantamentos a fornecedores			1.845,00
Estado e outros entes públicos	3.2/12.8	1.519,20	3.711,96
Associados	12.1	29.114,74	75.184,06
Outras contas a receber	3.2/12.3	674.610,07	801.487,32
Diferimentos	12.4	214,90	104,26
Caixa e depósitos bancários	3.2/12.5	108.994,84	9.472,40
		844.643,84	952.991,88
<i>Total do ativo</i>		846.023,13	956.103,96
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	3.2/12.1/12.6	168.340,00	63.440,00
Reservas	12.6	875.752,32	875.752,32
Resultados transitados	12.6	-894.572,26	-829.498,67
Resultado líquido do período		-70.200,83	-65.073,59
<i>Total do fundo de capital</i>		79.319,23	44.620,06
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	3.2/12.7	115.916,06	139.009,89
Estado e outros entes públicos	3.2/12.8	4.423,42	5.380,70
Financiamentos obtidos	12.5	359,69	556,52
Diferimentos	8/12.4	134.372,22	268.448,32
Outras contas a pagar	3.2/12.9	511.632,51	498.088,47
		766.703,90	911.483,90
<i>Total do passivo</i>		766.703,90	911.483,90
<i>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</i>		846.023,13	956.103,96

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

Joaquim José Borges

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados	7/12.1	67.006,45	124.103,85
Subsídios, doações e legados à exploração	3.2/8	139.291,50	143.773,39
Fornecimentos e serviços externos	12.10	-131.322,60	-170.452,77
Gastos com o pessoal	10	-145.300,90	-159.138,55
Outros rendimentos e ganhos	12.11	12.348,96	4.740,70
Outros gastos e perdas	7/12.12	-10.349,99	-3.990,51
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-68.326,58	-60.963,89
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3.2/5	-1.810,98	-3.322,31
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-70.137,56	-64.286,20
Resultado antes de impostos		-70.137,56	-64.286,20
Imposto sobre o rendimento do período	3.2/9	-63,27	-787,39
Resultado líquido do período		-70.200,83	-65.073,59

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

Joaquim José Borges Júnior

[Handwritten signature]

M. Fernando Almeida Espinosa de Sá

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		101.690,62	89.759,02
Pagamentos a Fornecedores		163.765,59	161.086,60
Pagamentos ao Pessoal		142.872,94	162.631,82
Caixa gerada pelas operações		-204.947,91	-233.959,40
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		-975,07	-384,80
Outros recebimentos/pagamentos		200.625,41	170.538,19
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-5.297,57	-63.806,01
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		79,99	1.447,85
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-79,99	-1.447,85
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de :			
Realização de fundos	12.1	104.900,00	19.700,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		104.900,00	19.700,00
Varição de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		99.522,44	-45.553,86
Efeito das diferenças de câmbio e de justo valor			
Caixa e seus equivalentes no início do período	12.5	9.472,40	55.026,26
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.5	108.994,84	9.472,40

O Conselho de Administração

Joaquim José Borges Júnior

[Signature]

[Signature]

O Técnico Oficial de Contas

[Signature]



Handwritten signatures and initials in purple ink, including a large signature and the initials 'By' and 'hr'.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Valores em euros

1. Identificação da entidade

Identificação da entidade:

Energaia – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto

Sede:

Avenida Manuel Violas, n.º 476 - 23

4410-137 São Félix da Marinha

Natureza da atividade:

A Energaia – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto é uma pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, com área de intervenção ao nível do Sul da Área Metropolitana do Porto, focalizada na criação e dinamização de ações nas áreas da energia e informação.

A Energaia surgiu no seguimento da aprovação de uma candidatura submetida à CCDR-N no âmbito do concurso para a Promoção e Desenvolvimento da Rede Territorial de Agências de Energia, vindo desta forma dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela Energaia como Agência Municipal de Energia de Gaia constituída em 1999.

Em 1999, a Energaia foi criada por iniciativa da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, ao abrigo de um contrato com o Programa SAVE II da Comissão Europeia, que apoiava a criação e o funcionamento deste tipo de organizações durante três anos. No âmbito desse acordo, a Energaia teve como parceiros de contrato as Agências de Vercelli (Itália) e Valência (Espanha).

Durante a primeira década de existência, a Energaia focou a sua atividade no Município de Gaia, tendo contribuído para o seu desenvolvimento sustentável através de projetos e políticas na área da Utilização Racional de Energia e Sustentabilidade.

Com o alargamento territorial a seis Municípios: Vila Nova de Gaia, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, Espinho, São João da Madeira e Vale de Cambra, a Energaia enfrenta um novo desafio, o de contribuir para a sustentabilidade e competitividade dos territórios, aumentando assim a qualidade de vida dos seus cidadãos.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com a normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) e as Normas Interpretativas.

Sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações, há recurso, supletivamente e pela ordem indicada, ao SNC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e demais legislação complementar; às Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; e às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Derrogação das disposições da NCRF-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pela NCRF-ESNL.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2012 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir



li
B
h
K
L
J

consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos".

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.



li
BY
ho
A
K

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

Ativos fixos tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se

encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados, nas rubricas “outros rendimentos e ganhos” ou “outros gastos e perdas”.

Ativos intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

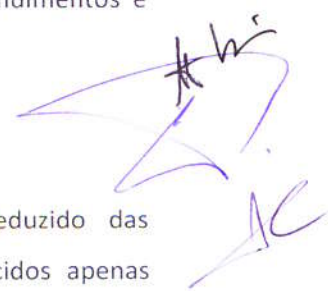
- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:



Handwritten notes and signatures in purple ink, including a circled 'ei', 'BY', and several illegible signatures.

- Alterações no risco segurado;
- Alterações na taxa de câmbio;
- Entrada em incumprimento de uma das partes;
- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - ✓ Alterações no preço do bem locado;
 - ✓ Alterações na taxa de câmbio
 - ✓ Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

i) Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

ii) Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

iii) Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.



li

By

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

*

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

h

Handwritten signature or initials in blue ink.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

iv) Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

v) Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.



O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que exista a possibilidade de exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

A matéria coletável das pessoas coletivas e outras entidades residentes que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial, ou agrícola é determinada nos termos dos artigos 53º e 54º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

À matéria coletável determinada, é aplicada a taxa de 21,5% nos termos do n.º 5 do art.º 87, acrescendo ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber, com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

Handwritten notes in blue ink: "Bij" and a circled "li".

Subsídios

Os “subsídios à exploração” são reconhecidos na demonstração de resultados quando ocorrem os correspondentes gastos e quando existem garantias seguras do seu recebimento.

Julgamentos e estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos fixos tangíveis

Outros ativos fixos tangíveis

Os “ativos fixos tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, as quais se situam nos intervalos definidos no Decreto - Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro, o qual estabelece as taxas de depreciação aceites para efeitos fiscais.

As taxas atualmente aplicadas aos “ativos fixos tangíveis” refletem a vida útil esperada dos bens, segundo a seguinte tabela:

Handwritten notes in blue ink, including a circled 'li', 'By', and some scribbles.

Período de vida útil esperada dos bens	Número de anos
Equipamento básico	5 a 15
Equipamento administrativo	4 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 10

Existem, para além das vidas úteis mencionadas, bens depreciados a 100%, de acordo com o Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos no valor dos "ativos fixos tangíveis", bem como nas respetivas depreciações foram os seguintes:

Rubricas	Equipamento		Outros ativos fixos tangíveis	Total
	Básico	Administrativo		
Quantia escriturada bruta inicial:				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.675.311,31	97.164,65	1.850,99	2.774.326,95
Adições		1.399,51		1.399,51
Regularizações	0,01	443,22	-1,19	442,04
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.675.311,32	99.007,38	1.849,80	2.776.168,50
Depreciações acumuladas:				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.675.311,31	92.577,28	1.849,80	2.769.738,39
Depreciações do exercício		3.321,12	1,19	3.322,31
Regularizações	0,01	-3,10	-1,19	-4,28
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.675.311,32	95.895,30	1.849,80	2.773.056,42
Valor líquido		3.112,08		3.112,08

Rubricas	Equipamento		Outros ativos fixos tangíveis	Total
	Básico	Administrativo		
Quantia escriturada bruta inicial:				
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.675.311,32	99.007,38	1.849,80	2.776.168,50
Adições		78,19		78,19
Transferências		-12.388,30		-12.388,30
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.675.311,32	86.697,27	1.849,80	2.763.858,39

Depreciações acumuladas:				
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.675.311,32	95.895,30	1.849,80	2.773.056,42
Depreciações do exercício		1.531,75		1.531,75
Transferências		-12.109,07		-12.109,07
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.675.311,32	85.317,98	1.849,80	2.762.479,10
Valor líquido		1.379,29		1.379,29

Handwritten notes and signatures: "li", "BJ", "A", "W"

6. Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Rubricas	Outros ativos intangíveis	
	Programas de computador	Total
Quantia escriturada bruta inicial:		
Saldo em 31 de dezembro de 2011		
Adições		
Transferências	12.388,30	12.388,30
Saldo em 31 de dezembro de 2012	12.388,30	12.388,30
Depreciações acumuladas:		
Saldo em 31 de dezembro de 2011		
Depreciações do exercício	279,23	279,23
Transferências	12.109,07	12.109,07
Saldo em 31 de dezembro de 2012	12.388,30	12.388,30
Valor líquido		

7. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber, com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a circled 'u' and various scribbles.

Para os períodos de 2012 e 2011 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Rubricas	2012	2011
Prestação de serviços		
Quotizações e joias	50.974,33	38.333,30
Outras prestações de serviços	16.032,12	85.770,55
Rendimentos suplementares	2.350,00	
Juros de mora	9.914,07	
Totais	79.270,52	124.103,85

8. Subsídios e outros apoios

Os “subsídios à exploração” são reconhecidos na demonstração de resultados quando ocorrem os correspondentes gastos e quando existem garantias seguras do seu recebimento.

Rubricas	2012	2011
Subsídios do Estado e outros entes públicos		56.212,11
Subsídios de outras entidades	139.291,50	87.561,28
Total	139.291,50	143.773,39

Os subsídios de outras entidades dizem respeito à imputação dos rendimentos dos projetos iniciados no exercício anterior, no âmbito do FEDER, conforme se apresenta:

Subsídios de outras entidades	2012	2011
Mi Ciudad AC2	26.447,82	40.839,08
Alargamento da Agência	112.843,68	46.722,20
Total	139.291,50	87.561,28

Em diferimentos, no passivo, está registada a quantia de 134.372,22€ (2011:268.448,32€) referente a estes subsídios (Mi Ciudad AC2: 13.938,10€ (2011: 35.360,92€) e Alargamento da Agência: 120.434,12€ (2011: 233.087,40€)), cujo reconhecimento do rendimento ocorrerá nos exercícios futuros, com a ocorrência dos correspondentes gastos.

Handwritten notes and signatures:
 BY
 Li
 A
 W

9. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é determinado com base na matéria coletável que se obtém pela dedução ao rendimento global dos montantes correspondentes aos custos comuns e outros custos imputáveis, aos rendimentos sujeitos a imposto e não isentos e dos benefícios fiscais que consistam em deduções àquele rendimento.

De referir que são englobados à matéria coletável os rendimentos de capitais, prediais e as mais-valias, assim como outro tipo de rendimentos não específicos. A taxa de impostos sobre lucros é de 21,5%.

O imposto corrente contabilizado, no montante de 63,27 €, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2012	2011
Tributação Autónoma	63,27	787,39
Total	63,27	787,39

10. Benefícios dos empregados

Os “outros gastos com o pessoal” englobam, nomeadamente, gastos com formação profissional, no valor de 475,00€ (2011: 590,35€), gastos com medicina no trabalho, no valor de 115,41€ (2011: 118,86€) e ainda gastos com higiene e segurança no trabalho, no valor de 150,00€ (2011: 295,50€).

O número médio de colaboradores ativos no corrente exercício foi de 5 (2011: 6). Em 31 de dezembro de 2012 o número de colaboradores era de 5 (2011: 5).

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Rubricas	2012	2011
Remunerações do pessoal	119.692,16	130.703,06
Encargos sobre remunerações	4.384,04	24.439,77
Seguros de acid. no trab. e doenças prof.	484,29	1.291,31
Outros gastos com o pessoal	740,41	2.704,41
Total	145.300,90	159.138,55

11. Divulgações exigidas por diplomas legais

Em cumprimento do artigo 210.º do Código Contributivo, informa-se que não existem dívidas vencidas à Segurança Social.

Nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei 534/80, de 7/11, informa-se que não existem dívidas vencidas para com o Estado.

Não existem dívidas vencidas para com os trabalhadores.

BY
li
A. J. C.
W

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1. Associados

O património associativo nominal da ENERGAIA é constituído por cento e cinquenta mil unidades de participação, correspondendo a cada unidade de participação o valor de 1,00 €. Os associados são municípios e associados não municipais, sendo que, segundo os estatutos da entidade, os municípios associados possuem uma percentagem do património associativo nominal equivalente a oitenta por cento das unidades de participação.

Em 2011, foram criados novos estatutos da entidade, tendo sido iniciado, nesse exercício, o processo de subscrição do património associativo, que visa ficar representado conforme se segue:

Associados	Unidades de Participação	%
Município de Vila Nova de Gaia	55.200,00	36,80%
Município de Santa Maria da Feira	30.000,00	20,00%
Município de Oliveira de Azeméis	13.200,00	8,80%
Município de São João da Madeira	7.200,00	4,80%
Município de Vale de Cambra	7.200,00	4,80%
Município de Espinho	7.200,00	4,80%
Associados não municipais	30.000,00	20,00%
Total	150.000,00	100,00%

Em 31 de dezembro de 2012, o fundo previsto nos estatutos inerente aos associados municipais encontra-se totalmente subscrito. Relativamente à quota-parte do fundo dos associados não municipais, está por subscrever a quantia de 2.500,00€ que representa 1,67% do fundo total.

Do fundo subscrito pelos associados, apenas se encontra realizado, a 31 de dezembro de 2012, o montante de 124.600,00€ (31.12.2011: 19.700,00€), ficando da seguinte forma:

Handwritten notes:
 34
 2
 h
 A

Fundos	€
Saldo em 31.12.2011	19.700,00
Aumentos no exercício	104.900,00
Saldo em 31.12.2012	124.600,00

Assim, dos fundos subscritos, encontra-se por realizar o montante de 22.900,00€, conforme divulgado no quadro seguinte, que sintetiza os saldos pendentes com os associados.

Quantias de saldos pendentes

Associados Municipais	Total a receber					
	2012			2011		
	Unidades de Participação	Outros	Total	Unidades de Participação	Outros	Total
Município de Vila Nova de Gaia		19.088,16	19.088,16	55.200,00	60.888,66	116.088,66
Município de Vale de Cambra	7.200,00	5.028,75	12.228,75	7.200,00	5.028,75	12.228,75
Município de Santa Maria da Feira				30.000,00		30.000,00
Município de Espinho				7.200,00	1.800,00	9.000,00
Município de Oliveira de Azeméis	13.200,00	3.300,00	16.500,00	13.200,00	3.300,00	16.500,00
Associados Não Municipais						
EDP Distribuição, S.A.				2.500,00	833,33	3.333,33
STCP, S.A.	2.500,00	833,33	3.333,33	2.500,00	833,33	3.333,33
Águas do Douro e Paiva				2.500,00	833,33	3.333,33
Metro da Área Metropolitana do Porto, S.A.		864,50	864,50			
Instituto Superior de Engenharia do Porto				2.500,00	833,33	3.333,33
EDP Gás, S.A.				2.500,00	833,33	3.333,33
Totais	22.900,00	29.114,74	52.014,74	125.300,00	75.184,06	200.484,06

As transações com os associados constam do quadro seguinte:

Transações

Associados Municipais	2012		2011		
	Subscrição Unidades de Participação	Quotizações	Subscrição Unidades de Participação	Quotizações	Prestação de Serviços
Município de Vila Nova de Gaia		19.088,16	55.200,00	13.800,00	3.855,00
Município de Santa Maria da Feira		10.374,00	30.000,00	7.500,00	
Município de Oliveira de Azeméis		4.564,56	13.200,00	3.300,00	
Município de São João da Madeira		2.489,76	7.200,00	1.800,00	13.215,00

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a circled 'Li' and various initials.

Município de Vale de Cambra	2.489,76	7.200,00	1.800,00	3.105,00	
Município de Espinho	2.489,76	7.200,00	1.800,00		
Associados Não Municipais					
EDP Distribuição, S.A.	864,50	2.500,00	833,33		
Suldouro, S.A.	864,50	2.500,00	833,33		
STCP, S.A.		2.500,00	833,33		
Águas do Douro e Paiva	864,50	2.500,00	833,33		
Metro do Porto, S.A.	864,50	2.500,00	833,33		
ADENE - Agência para a Energia	864,50	2.500,00	833,33		
GALP Energia, S.A.	864,50	2.500,00	833,33		
Instituto Superior de Engenharia do Porto	864,50	2.500,00	833,33		
EDP Gás, S.A.	864,50	2.500,00	833,33		
Universidade de Aveiro	864,50	2.500,00	833,33		
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	2.500,00	1697,83			
Total	2.500,00	50.974,33	145.000,00	38.333,30	20.175,00

12.2. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2012 e 2011 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Clientes	2012	2011
Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM		2.429,25
Gaianima, EEM	24.040,09	57.699,83
Gaiurb, E.E.M.	6.150,00	
Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto		1.057,80
EDV Energia	9.468,77	9.468,77
Perdas por imparidade acumuladas (EDV Energia)	-9.468,77	-9.468,77
Total	30.190,09	61.186,88

12.3. Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a seguinte decomposição:

Outras contas a receber	2012	2011
Fornecedores c/c	0,64	48,98
Programa Operacional Sociedade do Conhecimento	412.141,01	412.141,01
FEDER	262.304,42	352.209,60
Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos		37.032,38
Outros devedores	164,00	55,35
Total	674.610,07	801.487,32

Handwritten notes:
 Biy
 ai
 hi

12.4. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Diferimentos	2012	2011
Gastos a reconhecer		
FSE	214,90	104,26
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios à exploração	134.272,22	268.448,32

12.5. Caixa e depósitos bancários

Não existem, à data do balanço, saldos não disponíveis para uso. O “Caixa e depósitos bancários” englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

A rubrica de “Caixa e depósitos bancários”, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, encontrava-se com o seguinte saldo:

Caixa e depósitos bancários	31.12.2012	31.12.2011
Caixa		
Numerário	436,87	747,55
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	108.557,97	8.724,85
Caixa e depósitos bancários	108.994,84	9.472,40

Está registada no balanço, em “Financiamentos obtidos”, no “Passivo”, a quantia de 359,69€ (2011: 556,52€) referente ao valor em dívida do cartão de crédito da entidade.

12.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01.01.2012	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31.12.2012
Fundos	63.440,00	104.900,00		168.340,00
Reservas	875.752,32			875.752,32
Resultados transitados	-829.498,67		65.073,59	894.572,26
Total	109.693,65	104.900,00	65.073,59	149.520,06

12.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores	2012	2011
IGEMACI, S.A.		31.365,00
IRRADIARE, Lda.	48.585,00	
GAIURB, E.E.M.	11.070,00	
MAGNETIC FIELDS		43.658,85
TERRASYSTEMICS, Lda.	31.448,29	31.448,29
FACTOR SOCIAL, Lda.	17.113,64	17.113,64
ENERGY CITIES	3.750,00	3.750,00
Outros	3.949,13	11.674,11
Total	115.916,06	139.009,89

BY

mi

12.8. Estado e outros entes públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

	2012		2011	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC		63,27		787,39
Impostos s/ rendimento - IRS		1.747,00		1.600,00
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	1.519,20		3.711,96	
Contribuições p/ segurança social		2.613,15		2.993,31
	1.519,20	4.423,42	3.711,96	5.380,70

12.9. Outras contas a pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Outras contas a pagar			2012	2011
Programa Operacional	Sociedade do	Conhecimento		
(Parceiros)				
Cfocus			139.840,06	139.840,06
Quatro			99.331,73	99.331,73
PH Informática			18.262,68	18.262,68
InfoPortugal			30.097,42	30.097,42
Vector 21			59.460,10	59.460,10
Inova +			97.124,48	97.124,48
IPortalMais			34.777,31	34.777,31
Subtotal			478.893,78	478.893,78
Outros				
Credores por acréscimos de gastos			21.059,92	17.283,76

Outros credores	11.678,81	1.910,93
Subtotal	32.738,73	19.194,69
Total	511.632,51	498.088,47

A conta de “Credores por acréscimos de gastos” contempla a quantia de 19.634,16€ (2011: 17.206,20€) relativa a direitos adquiridos por trabalho prestado (férias e subsídio de férias) em 2012 e a liquidar em 2013, e ainda a afetação de gastos ao exercício para os quais os respetivos documentos de suporte são de 2013, no valor de 1.425,76€ (2011: 77,56€).

12.10. Fornecimentos e serviços externos

A Energia caracteriza-se pelo elevado grau de qualificação e o reconhecimento de diversas valências técnicas que lhe permite atuar sem qualquer limitação nas áreas em que intervém. No entanto, e como forma de evitar o crescimento inadequado da equipa, a Energia recorre à subcontratação de empresas especializadas que atuam sob a coordenação e supervisão da sua equipa técnica.

Entre os gastos com “Trabalhos especializados” destacam-se os serviços de contabilidade, no valor de 6.941,21€, de revisão de contas, no valor de 2.423,61€, e ainda os serviços com a elaboração de matrizes energéticas “top-down”, no valor de 45.576,17€.

A rubrica “Rendas e alugueres” é composta por:

- Renting 12.965,21€ (2011: 13.562,03€) (viaturas)
- Aluguer 7.729,78€ (2011: 8.586,48€) (instalações da sede da agência)

Desta forma, a repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, foi a seguinte:

Rubricas	2012	2011
Subcontratos	12.612,99	91.009,79
Trabalhos especializados	61.935,85	8.771,47
Publicidade e propaganda	419,60	5.310,56
Honorários	6.578,37	263,26
Material de escritório	1.017,42	3.799,51
Combustíveis	6.466,73	5.238,68
Deslocações, estadas e transportes	7.561,56	14.924,64
Rendas e alugueres	20.694,99	22.148,51
Comunicação	3.059,07	10.066,90
Despesas de representação	3.544,49	3.250,70
Outros	7.431,53	5.668,75
Total FSE	131.322,60	170.452,77

12.11. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros gastos e perdas	2012	2011
Rendimentos suplementares	2.350,00	
Correções relativas a exercícios anteriores	84,89	625,28
Regularizações por pro-rata		4.115,42
Juros de mora	9.914,07	
Total	12.348,96	4.740,70

BY
li
w: #

12.12. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros gastos e perdas	2012	2011
Correções relativas a exercícios anteriores	898,50	
Quotizações	3.950,00	3.950,00
Regularizações por pro-rata	5.064,45	
Outros	437,04	40,51
Total	10.349,99	3.990,51

12.13. Acontecimentos após a data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 6 de março de 2013.

APROVAÇÃO

Vila Nova de Gaia, 6 de março de 2013

O Técnico Oficial de Contas



Luís Cardoso

O Conselho de Administração



Presidente do Conselho de Administração

Joaquim Borges Gouveia – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

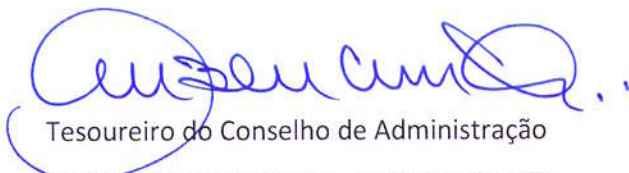
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Celestino Portela – Câmara Municipal de Santa Maria da Feira



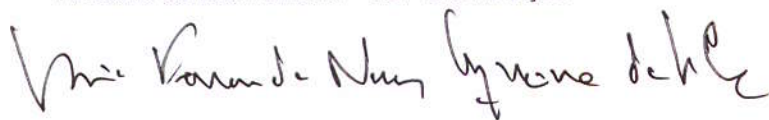
Vogal do Conselho de Administração

Vicente Pinto – Câmara Municipal de Espinho



Tesoureiro do Conselho de Administração

António Santos Ferreira – EDP Distribuição



Secretário do Conselho de Administração

Luís Silva – ADENE – Agência para a Energia